

Cidadão vai poder propor as suas leis

A Constituinte encerrou ontem a votação do capítulo do Poder Legislativo assegurando ao cidadão brasileiro o direito de apresentar projeto de lei, desde que subscrito por no mínimo um por cento do eleitorado, ou 750 mil eleitores, representantes de pelo menos cinco estados. A proposta, resultante de uma fusão de emendas, deixou de ser votada na véspera porque o quorum em plenário era baixo. Pelo mesmo motivo, sua decisão vinha sendo adiada desde a última quinta-feira. Ontem, por 312 votos contra 139 e 22 abstenções, com as posições contrárias do PDS e do PFL, a emenda foi finalmente aprovada e festejada pelo plenário e pelas galerias lotadas à espera da apreciação do sistema de governo.

A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ainda aos membros ou comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ao presidente da República, ao primeiro-ministro e aos tribunais superiores. O dispositivo aprovado, incluindo o cidadão, altera o substitutivo do Centrão que não previa este direito. O plenário também aprovou na sessão de ontem os requisitos indispensáveis à apresentação de projeto de lei pelos eleitores. Estas normas foram aprovadas por 391 votos contra 98 e 24 abstenções.

O deputado Del Bosco Amaral (PMDB/SP) considerou desnecessária a fixação de normas para a apresentação de projetos pelo eleitorado. Para ele, bastava a aprovação da iniciativa popular, pela qual votou contra. O deputado Ronaldo César Coelho (PMDB/RJ), que se pronunciou a favor da matéria, lembrou que esta questão é objeto de debates desde a fase das comissões temáticas da Constituinte. "Devemos qualificar a apresentação de leis pelo cidadão porque esta é uma forma de proteger a iniciativa popular contra a sua vulgarização", afirmou da tribuna.

Os novos requisitos elevam de 0,3 para 1 por cento o número de subscritores de cada projeto de lei enviado pelos cidadãos à Câmara dos Deputados. As alterações incluídas na fusão de emendas excluem da iniciativa popular as propostas de emenda à Constituição.

PLENÁRIO

Briga do regime começa bem cedo

Uma hora antes de ser iniciada a votação do sistema de governo, 12 constituintes pediram a palavra pela ordem para defender ou atacar o parlamentarismo e o presidencialismo. Eles aproveitaram a habitual suspensão da sessão, quando é aberta com falta de quorum em plenário para se efetivar uma votação, e usaram o microfone de apertes para uma discussão prévia do que seria travado mais tarde. A grande maioria deles enfatizou "o dia de hoje" como o mais importante para a história do País.

O PT e o PDT, que já se anunciavam a favor da emenda Humberto Lucena, foram criticados por Aldo Arantes (PC) do B-GO e pelo deputado Robson Marinho (PMDB/SP). O primeiro fez apenas um apelo aos petistas e pedetistas, alertando que votar pelo presidencialismo significava estar ao lado do presidente Sarney; o segundo classificou a decisão dos dois partidos de "uma visão democrática e política retrógrada", lembrando que quem defende este sistema são, por exemplo "o ministro Leônidas Pires e Leonel Brizola".

O deputado Luiz Salomão (PDT/RJ) não perdeu a oportunidade e ressaltou que é um equívoco pensar que votar a favor do presidencialismo favorece Sarney. "Não conheço presidencialistas quatroanistas que tenham mudado de posição, mas sei que muitos parlamentaristas que defendiam quatro anos para o presidente Sarney e hoje aceitam cinco só para ver o regime de gabinete implantado", disse Salomão, em resposta às críticas.

A deputada Dirce Tutu Quadros (PTB/SP) discorda de sua bancada e declarou seu voto pelo parlamentarismo. "É o melhor sistema que conheço e foi inclusive base de minha campanha à Constituinte", lembrou ela. Encerrou seu discurso dizendo que "o congressista que não acredita no parlamentarismo não acredita em si mesmo".

Dentre os oradores do "pinga-fogo" improvisado em plenário, o deputado Celso Dourado (PMDB/BA) foi o único a assumir que mudou de posição ao longo do debate que vem se travando sobre o sistema de governo. "Cheguei aqui certo de que prevaleceria o presidencialismo, mas hoje minha conclusão é de que o parlamentarismo é a melhor forma de governo", admitiu.